



INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA INFLUÊNCIA DO ADVENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO NÍVEL DE INVESTIMENTOS NAS FUNÇÕES DE GOVERNO SAÚDE E EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Amanda Kelen Lopes (PIBIC/CNPq/Uem)
Dr. Almir Teles da Silva (Orientador), e-mail: amanda_k_l@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Departamento de Ciências Contábeis

Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade fiscal, Educação, Saúde.

Resumo

A sociedade brasileira tem exigido das instituições governamentais um melhor desempenho nas suas atribuições e uma justa e adequada aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo identificar, analisar e descrever a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal no nível de Investimentos nas funções de governo Saúde e Educação nos municípios da região Norte do Brasil e o impacto desses na variação do IDHM. Quanto à metodologia e quanto aos objetivos a pesquisa se enquadra exploratória e descritiva; quanto à natureza aplicada; quanto à forma de abordagem qualitativa; quanto aos procedimentos técnicos bibliográficos e *ex post facto* e quanto ao ambiente de pesquisa do tipo estudo de caso, utilizando-se o método indutivo de abordagem. Através da análise nas contas anuais dos municípios da região norte do Brasil, publicadas pela Secretaria do tesouro nacional, foram analisadas as contas de 431 municípios e separadas conforme os requisitos para análise. Por meio das análises realizadas nas contas dos municípios que compõe a amostra, é possível perceber a ocorrência de aumento nos investimentos realizados pelos municípios durante o período de 1994 a 2010 nas funções de governo saúde e educação, bem como, a melhoria ocorrida no índice IDHM, entendendo-se assim como uma melhoria na situação econômica e social da população residentes nestes municípios.



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior



Introdução

Para estudar sobre a aplicação dos recursos públicos de forma adequada em investimentos, principalmente aqueles direcionados para as funções de governo Saúde e Educação, a presente pesquisa teve como preocupação central buscar resposta para a seguinte questão: **O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal contribuiu para melhorar o nível de Investimentos nas funções de governo Saúde e Educação nos municípios da Região Norte do Brasil?** A resposta desperta o interesse não apenas de pesquisadores e profissionais que atuam na área pública, mas também do cidadão comum.

Quanto aos aspectos metodológicos, o presente estudo é de caráter descritivo e exploratório, pois descreve e explica as características de determinada população; aplicado; qualitativo e quantitativo, por qualificar as informações apresentadas e interpretar o conteúdo investigado; bibliográfica e estudo de campo e faz uso de um método indutivo de abordagem.

A pesquisa teve por objetivo buscar contribuições através da identificação da evolução dos investimentos em saúde e educação nos municípios da região norte do Brasil.

Materiais e métodos

A coleta de dados foi realizada através de consulta no site da Secretaria do Tesouro Nacional, pelo acesso nas contas anuais dos municípios da região norte. Foram considerados apenas os dados que estavam disponíveis *online*, referente ao período de 1996 a 2010, formando assim o banco de dados para o estudo e análises referente aos investimentos realizados em saúde e educação pelos municípios da região norte do Brasil. Após a coleta de dados, foi construído um banco de dados como suporte e criação de gráficos para a análise e o desenvolvimento da pesquisa.

Os dados foram organizados segundo a classificação feita pela Secretaria Nacional de Assistência Social denominada *Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004*, sendo:

- **Municípios pequenos 1:** com população até 20.000 habitantes;
- **Municípios pequenos 2:** com população entre 20.001 a 50.000 habitantes;
- **Municípios médios:** com população entre 50.001 a 100.000 habitantes;
- **Municípios grandes:** com população entre 100.001 a 900.000 habitantes;





- **Metrópoles:** com população superior a 900.000 habitantes.

Resultados e Discussão

Entre os 431 (Quatrocentos e trinta e um), municípios existentes que compõem a amostra da pesquisa, localizados na região norte do Brasil, aproximadamente 68% se enquadram na condição de **municípios pequenos 1**, sendo esta a categoria com a maior representação de municípios, com 293 (duzentos e noventa e três) municípios; os **municípios pequenos 2** representam 22% e é categoria com a segunda maior representação de municípios, composta por 96 (noventa e seis) municípios; os **municípios médios** representam 6,5% do total, composta por 28 (vinte e oito) municípios. Os **municípios grandes** compreendem 3% da amostra, com 13 (treze) municípios; e as **metrópoles**, representam apenas 0,5% do total dos municípios que compõem a amostra, com apenas 2 (dois) municípios.

Conforme os dados coletados, no **geral**, constatou-se que antes da Implantação da LRF, que ocorreu no ano de 2000, os gastos com Educação e Saúde se mantiveram constantes durante 1996, 1997 e 1998. Em 2000 houve um aumento, que se manteve de forma constante no decorrer dos 10 anos após a implantação da respectiva LRF.

Assim, nota-se que durante os 10 anos após a LRF (2001 a 2010), houve alguns declínios seguidos de aumento nos gastos nos anos posteriores àqueles que ocorreram quedas no volume de recursos investidos em saúde e educação.

No que se refere aos gastos com Saúde, observa-se que nas **metrópoles**, os valores foram maiores em relação às demais categorias de municípios. Observa-se também que a categoria em que houve menos gastos com Saúde foram os **municípios pequenos 1**.

No que se refere aos gastos com Educação, observa-se que também foram maiores nas **metrópoles** e a categoria com menos gastos ocorreu nos **municípios pequenos 1**.

No que se refere ao IDHM (Índice De Desenvolvimento Humano Municipal), pode-se concluir que, a partir da análise dos gastos com Saúde e Educação, de uma maneira geral, a LRF pode ter contribuído para melhorar o IDHM, pois no decorrer dos 10 anos após a vigência da Lei, os gastos em investimentos em saúde e educação aumentaram e o IDHM teve um crescimento muito parecido com o crescimento no volume de recursos investidos em saúde e educação.





Conclusões

A partir do objetivo apresentado pela presente pesquisa é perceptível que os gastos com saúde e educação, de forma geral, tiveram aumento em todas as categorias de municípios e de forma significativa após a vigência da LRF. Além disso, é possível notar o predomínio dos gastos tanto com saúde, quanto com educação nas metrópoles. Por outro lado observou-se que os **municípios pequenos 1**, mesmo sendo a categoria com maior representatividade dos municípios, foi a categoria em que ocorreu menos investimentos em saúde e educação. Quanto ao IDHM, observou-se que houve uma evolução após a implantação da LRF. Ainda, após o aumento dos gastos com investimento em saúde e educação, este indicador teve um aumento significativo.

Por fim, espera-se que o resultado dessa pesquisa contribua e esclareça dúvidas quanto aos benefícios sociais proporcionados à população com a aplicação de maior volume de recursos públicos na função de governo Saúde e Educação, e ainda contribua para o progresso do conhecimento científico, envolvendo a classe pesquisadora no intuito de atentar aos elementos apontados e analisados.

Agradecimentos

Ao PIBIC/CNPQ, à Universidade Estadual de Maringá (UEM), ao professor orientador e à organização do EAIC 2016.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação**. 2009. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf>>.

Acesso em: 16 dez. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 06 out. 2015.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Contas Anuais: Dados**

Contábeis dos Municípios. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais. Acesso em: 18 de abr. de 2016.

